

Políticas da reprodução em perspectiva latino-americana: diálogos entre Brasil, Argentina e Uruguai¹

Politics of reproduction from a latin american perspective: dialogues between Brazil, Argentina and Uruguay

Políticas de la reproducción desde una perspectiva latinoamericana: diálogos entre Brasil, Argentina y Uruguay

Laura Lowenkron

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Camila Fernandes

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Marjorie Murray

Pontificia Universidad Catolica de Chile, Santiago, Chile

RESUMO

Este artigo introduz o dossiê *Políticas da reprodução: perspectivas latino-americanas*, situando o debate contemporâneo sobre a reprodução como um campo de disputas políticas, morais e raciais de longa duração. Considerando discursos públicos que responsabilizam mulheres pobres por sua fecundidade ou pânicos demográficos no Norte global, mostramos como a reprodução segue sendo um terreno estratégico no qual se define quem deve ou não deve nascer, em que condições e a serviço de quais projetos de futuro. Essas dinâmicas inscrevem-se em uma história marcada pela colonialidade, pelo racismo e pelo elitismo que orientam a governança reprodutiva em escala global e regional. A reprodução não se limita ao biológico, mas inclui a reprodução social e as práticas de cuidado. A partir dessa perspectiva, retomam-se aportes da antropologia feminista para afirmar que toda

¹A organização deste dossiê é resultado de projetos de pesquisa e seminários que contaram com as seguintes fontes de financiamento: bolsas Prociência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Programa Jovem Cientista do Nosso Estado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), de Laura Lowenkron (processo nº E-26/201.441/2022); Fondecyt Regular 1251356 e Instituto Milenio VioDemos ICS2019_025 y CIIR 1523A0003, de Marjorie Murray. Além disso, Camila Fernandes e Laura Lowenkron integram a Rede Transnacional de Pesquisas sobre maternidade destituídas, violadas e violentadas (REMA), financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM).

reprodução é política e que toda política é também reprodutiva e racializada. Dialogamos com os conceitos de políticas da reprodução, governança reprodutiva e justiça reprodutiva para evidenciar como os regimes morais que regulam a fecundidade e a maternidade produzem hierarquias entre maternidades legítimas e ilegítimas, promovidas e interdidas, celebradas e invisibilizadas. Nossa apresentação mostra como essas gramáticas de suspeição e moralização se atualizam em interações cotidianas em instituições de saúde, cuidado e assistência social, nas quais o Estado atua não apenas como gestor de recursos, mas como instância de vigilância e julgamento moral. Por fim, sustenta-se que analisar as políticas da reprodução na América Latina exige articular história, etnografia e crítica interseccional para compreender como a desigualdade reprodutiva constitui um problema central da democracia, da justiça social e da distribuição do futuro.

Palavras-chave: Políticas da reprodução, Governança reprodutiva, Justiça reprodutiva, América Latina.

ABSTRACT

This article introduces the special issue *Politics of Reproduction: Latin American Perspectives* by situating contemporary debates on reproduction within a field of long-standing political, moral, and racial disputes. By considering public discourses that blame poor women for their fertility or invoke demographic panics in the Global North, we show how reproduction remains a strategic terrain in which decisions are made about who should or should not be born, under what conditions, and in the service of which future projects. These dynamics are embedded in a history shaped by coloniality, racism, and elitism that continues to structure reproductive governance at global and regional scales. Reproduction is understood here as extending beyond the biological to include social reproduction and practices of care. From this perspective, the presentation draws on feminist anthropology to argue that all reproduction is political and that all politics is likewise reproductive and racialized. We engage with the concepts of the politics of reproduction, reproductive governance, and reproductive justice to demonstrate how moral regimes regulating fertility and motherhood produce hierarchies between legitimate and illegitimate maternities — promoted and interdicted, celebrated and rendered invisible. The presentation further shows how these grammars of suspicion and moralization are reproduced in everyday interactions within institutions of health, care, and social assistance, where the state operates not only as a manager of resources but also as an authority of surveillance and moral judgment. Finally, it argues that analyzing the politics of reproduction in Latin America requires articulating history, ethnography, and intersectional critique to understand how reproductive inequality constitutes a central problem of democracy, social justice, and the distribution of the future.

Keywords: Politics of reproduction, Reproductive governance, Reproductive justice, Latin America.

RESUMEN

Este artículo introduce el dossier *Políticas de la reproducción: perspectivas latinoamericanas* situando el debate contemporáneo sobre la reproducción como un campo de disputas políticas, morales y raciales de larga duración. Considerando discursos públicos que responsabilizan a mujeres pobres por su fecundidad o pánicos demográficos en el Norte global, mostramos cómo la reproducción sigue siendo un terreno estratégico donde se define quién debe o no debe nacer, en qué condiciones y al servicio de qué proyectos de futuro. Estas dinámicas se inscriben en una historia marcada por la colonialidad, el racismo y el elitismo que orientan la gobernanza reproductiva a escala global y regional. La reproducción no se limita a lo biológico, sino que incluye la reproducción social y las prácticas de cuidado. Desde esta perspectiva, se retoman aportes de la antropología feminista para afirmar que toda reproducción es política y que toda política es también reproductiva y racializada. Dialogamos con los conceptos de políticas de reproducción, gobernanza reproductiva y justicia reproductiva para evidenciar cómo los regímenes morales que regulan la fecundidad y la maternidad producen jerarquías entre maternidades legítimas e ilegítimas, promovidas y prohibidas, celebradas e invisibilizadas. Nuestra presentación muestra cómo estas gramáticas de sospecha y moralización se actualizan en interacciones cotidianas en instituciones de salud, cuidado y asistencia social, donde el Estado actúa no solo como gestor de recursos, sino como instancia de vigilancia y juicio moral. Finalmente, se sostiene que analizar las políticas de la reproducción en América Latina exige articular historia, etnografía y crítica interseccional para comprender cómo la desigualdad reproductiva constituye un problema central de democracia, justicia social y distribución del futuro.

Palabras clave: Políticas de reproducción, Gobernanza reproductiva, Justicia reproductiva, América Latina.

INTRODUÇÃO

Em maio de 2024, durante uma cerimônia de entrega de moradias do “Minha Casa, Minha Vida”, em Maceió, o presidente Lula perguntou a uma beneficiária de 27 anos, com cinco filhos, quando ela iria “fechar a porteira”. Em junho do mesmo ano, ele disse para uma mãe de três crianças, beneficiária do mesmo Programa, que ela precisava “parar de ter filhos”². Enquanto isso, algumas das nações mais ricas do mundo já olham com preocupação a crescente queda da natalidade. Diante dos impactos econômicos da inversão da pirâmide demográfica,

² Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/lula-diz-para-beneficiaria-do-minha-casa-minha-vida-parar-de-ter-filho/>. Acesso em: 5 maio 2025.

especialmente no Norte global, temos assistido a uma nova onda de discursos e políticas pró-natalistas e líderes conservadores de extrema-direita, como Elon Musk, responsabilizam mulheres que não querem ter filhos pelo “colapso populacional”³.

Esse novo movimento pró-natalista nos países ricos pode ser interpretado como o outro lado da moeda das políticas de controle populacional vigentes nos anos 1960, que buscavam reduzir as taxas de fecundidade dos países em desenvolvimento, responsabilizando a reprodução supostamente excessiva de mulheres racializadas do sul global pelos índices de pobreza. Em vários países da Europa e do Leste Europeu, governos de perfil autoritário e conservador têm combinado políticas abertamente pró-natalistas com discursos anti-imigração e de “defesa da civilização”, articulando demografia, raça, nação e soberania em uma mesma gramática política. A queda das taxas de fecundidade, longe de ser apenas um “problema técnico” de gestão populacional, aparece assim como um terreno estratégico de disputas sobre quem deve ou não deve nascer, em que condições e a serviço de quais projetos de futuro.

No Brasil, embora a taxa de fecundidade média da população tenha diminuído de 6,28 para 1,6 filhos por mulher em pouco mais de 60 anos (1960 a 2022) e as mulheres brasileiras tenham filhos cada vez mais tarde (atualmente, 28 anos em média), mães pobres e dependentes de “ajuda do governo” permanecem sendo alvo de moralizações e preocupações políticas sobre “planejamento familiar”. Longe de se restringirem a declarações públicas ou a debates abstratos, essas gramáticas de suspeição e acusação se atualizam de maneira particularmente contundente nas rotinas mais ordinárias das instituições de cuidado e assistência.

Como mostram etnografias realizadas em creches públicas no Brasil (Fernandes, 2021), por exemplo, a distribuição de bens básicos como caixas de leite pode se transformar em cena de produção cotidiana de humilhação e censura moral, em que mulheres pobres, em sua maioria negras e trabalhadoras, são publicamente enquadradas como “irresponsáveis”, “preguiçosas” ou incapazes de “se planejar para ter filhos”. Outro exemplo são as etnografias em serviços de saúde no contexto chileno, onde os exames médicos de rotina são coroados como um espaço fértil para a reprodução de estereótipos de identidade indígena que colocam essas mulheres, sua mobilidade e sua maternidade à margem do descaso (Carreño; Murray 2026). Nessas interações aparentemente banais, o Estado se faz presente não apenas como gestor de recursos escassos, mas como instância que regula, vigia e julga moralmente a sexualidade e a reprodução, produzindo e distribuindo vergonha, constrangimento e hierarquias de valor entre maternidades legítimas e ilegítimas.

Ao abrir esta apresentação com essas notícias recentes que chamam atenção para o

3 Podcast *Café da manhã*: “Por que a ultradireita quer que vc tenha mais filhos?”, de 17 março 2025. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/616hS0ZLLKrGgyaaHQlo8K>. Acesso em: 5 maio 2025.

contraste entre as ansiedades políticas e morais vigentes em torno da reprodução no contexto atual, nosso intuito é evidenciar a duração da colonialidade e as lógicas elitistas e racistas que orientam historicamente as formas de *governança reprodutiva* em nível global, regional e nacional. Partindo da premissa de que toda reprodução é política (Ginsburg; Rapp, 1995) e toda política é reprodutiva (Briggs, 2017) e racializada (Tempesta, 2022; Araujo, 2024; Solaterrar; Lowenkron, 2025), o objetivo deste dossiê é promover um diálogo entre perspectivas latino-americanas sobre o tema.

A reprodução é entendida aqui como um conceito polissêmico, que não se restringe apenas a um fenômeno culturalmente concebido como biológico, incluindo também a reprodução social e as práticas de cuidado. A reprodução pode ser entendida ainda como o meio pelo qual as novas gerações são produzidas. Nesse sentido, frequentemente ela está situada no centro de disputas e processos políticos em torno do futuro de comunidades, nações ou povos (Fonseca; Marre; Rifiotis, 2021). Assim, ao falar em *políticas da reprodução*, estamos convocando debates sobre imaginários de nação, família, desejo, controle e intervenção das práticas estatais, nas quais a fecundidade de grupos racializados e periféricos tem especial inflexão.

Como pretendemos demonstrar com a organização deste dossiê, o governo da reprodução é orientado por processos de moralização e regulação generificados e racialmente estratificados. A partir de contextos etnográficos diversos em diferentes regiões do Brasil, na Argentina e no Uruguai, os textos aqui reunidos iluminam diferentes formas de atualização da colonialidade das políticas reprodutivas na América Latina. A partir disso, evidenciam como algumas maternidades e organizações familiares são historicamente promovidas, valorizadas e celebradas, enquanto outras são continuamente deslegitimadas, interdidas ou invisibilizadas ao serem vinculadas a figuras maternas indesejáveis e a *arranjos de cuidado* (Fazzioni, 2023) considerados inadequados, “desorganizados” e perigosos (Vicaroni, 2025).

PERSPECTIVAS TEÓRICAS E DESLOCAMENTOS HISTÓRICOS DAS POLÍTICAS DA REPRODUÇÃO

Políticas da reprodução é um conceito introduzido no debate antropológico nos anos 1990 (Ginsburg; Rapp, 1995) com o intuito de chamar atenção para o modo como a reprodução é estruturada por meio de forças sociais e relações de poder que atravessam e conectam dinâmicas íntimas, políticas nacionais e lógicas econômicas globais (Fonseca; Marre; Rifiotis, 2021). Isso sem perder de vista a agência das pessoas, especialmente, mulheres em seus esforços cotidianos de moldar suas vidas reprodutivas, em meio a relações de poder e constrangimentos diversos.

A partir de um olhar focado nas *políticas da reprodução* na América Latina, Lynn Morgan e Elisabeth Roberts (2012) cunharam o conceito de *governança reprodutiva*, retomado mais recentemente por Claudia Fonseca, Diana Marre e Fernanda Rifiotis (2021). Esse conceito serve para chamar atenção para como políticas reprodutivas são engendradas a partir da ação de diferentes atores sociais e articulam diversas formas de governamentalidade. Além disso, a noção de *governança reprodutiva* é entendida como uma ferramenta analítica para traçar mudanças históricas e especificidades regionais dos regimes morais e racionalidades políticas em relação à reprodução.

Justiça reprodutiva é outro conceito potente nesse campo de discussões, tanto do ponto de vista teórico quanto de ação política (Brandão; Cabral, 2021; Brandão; Lowenkron; Carneiro, 2025). Loretta Ross (2017), uma das primeiras ativistas negras norte-americanas a cunhar esse neologismo que une o conceito de direitos reprodutivos e justiça social, define a *justiça reprodutiva* a partir de um conjunto de três direitos humanos interligados: (1) o direito de ter um filho nas condições que escolher; (2) o direito de não ter um filho recorrendo a métodos contraceptivos, aborto ou abstinência; e (3) o direito de criar os filhos em ambientes seguros e saudáveis, livres de violência por parte de indivíduos ou do Estado. Articulado à matriz teórica da interseccionalidade, essa noção explicita as limitações do paradigma liberal dos direitos reprodutivos centrado no ideário da escolha e autonomia individual, pois não permite considerar os constrangimentos sociais e as relações de poder que moldam os desejos e as escolhas reprodutivas.

Para compreender como regimes morais que orientam o governo da reprodução se constituem historicamente, é preciso recuar ao final do século XVIII, quando se consolida, na Europa, um modelo de governança reprodutiva ancorado no saber-poder médico e na valorização da vida das crianças. Elisabeth Badinter (1985) demonstrou como o amor materno, longe de ser um instinto natural ou universal, precisou ser instituído como dever feminino por meio de uma cruzada moral e médica em prol da amamentação e do cuidado direto das crianças pelas mães, antes delegados a amas de leite, em um contexto de altas taxas de mortalidade infantil, queda demográfica e emergência do capitalismo.

Esse modelo foi mais prontamente adotado por mulheres da burguesia, ao mesmo tempo em que se ancorou na desqualificação das amas-de-leite enquanto provedoras de um cuidado considerado inadequado e perigoso. No Brasil, no contexto colonial as amas de leite que amamentavam os filhos das famílias de elite eram mulheres negras escravizadas. Essas mulheres, por sua vez, eram impedidas de cuidar dos seus próprios filhos ao serem incorporadas ao ciclo reprodutivo da família branca (Giacomini, 1988; Passos 2023).

Portanto, embora o amor materno seja pensado como atributo feminino universal, desde a instituição desse mito apenas algumas mulheres foram imaginadas como sendo capazes

de encarná-lo da maneira idealizada, as da família nuclear burguesa. Com foco no contexto brasileiro do final do século XIX, Jurandir Freire Costa (1983) destaca que médicos higienistas promoveram o cuidado materno como ideal para a elite branca, moldando a figura da “mãe higiênica” para atender aos padrões eugênicos da época. Ao mesmo tempo a maternagem de mulheres pobres e racializadas era negada e desqualificada do ponto de vista médico, moral e social

Durante muito tempo sexualidade e reprodução foram absolutamente inseparáveis do ponto de vista da sua governamentalidade, ou seja, só havia sexualidade legítima se o sexo fosse reprodutivo — heterossexual, marital, dentro de uma família monogâmica. O resto era visto como desvio, ilegítimo, crime, patologia e/ou pecado (Foucault, 1988). Mas os debates acadêmicos que retomamos aqui evidenciam que nem toda sexualidade reprodutiva foi igualmente promovida, valorizada e desejada ao longo da história ocidental moderna. No início do século XX, em um contexto de queda demográfica e ascensão dos fascismos, do nazismo e do eugenismo, as políticas reprodutivas nacionalistas no Norte global articulavam o pró-natalismo à “defesa da raça”, promovendo a procriação de mulheres brancas e economicamente privilegiadas e, ao mesmo tempo, a esterilização e o controle da natalidade de populações racializadas e/ou consideradas degeneradas e indignas de procriar (Corossacaz, 2009).

Como demonstra Nancy Stepan em seu livro *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina* (2005), as políticas reprodutivas na região, ao longo da primeira metade do século XX, estiveram profundamente imbricadas aos projetos nacionais de modernização, racialização e “aperfeiçoamento” da população. A eugenia latino-americana, longe de ser uma simples importação de modelos europeus, foi adaptada a contextos marcados pela herança colonial, pela centralidade da miscigenação e pela medicalização da pobreza, articulando-se a políticas de higiene, maternidade e infância e a dispositivos de controle moral e social sobre as mulheres das classes populares.

Com o progressivo descrédito da eugenia enquanto teoria científica após a Segunda Guerra Mundial, essas formas de intervenção não desapareceram, mas foram reconfiguradas. A partir dos anos 1950 e 1960, as políticas reprodutivas em escala global passam a se orientar crescentemente por uma racionalidade neomalthusiana, que desloca o foco do “aperfeiçoamento racial” para o controle demográfico. Nesse novo enquadramento, como mostra Stepan, as preocupações das agências internacionais e dos organismos de desenvolvimento se concentraram no que passou a ser nomeado como “explosão populacional” nos países do Sul global, estabelecendo uma associação direta entre pobreza, subdesenvolvimento e altas taxas de fecundidade. A prole numerosa e a suposta ausência de planejamento familiar das mulheres pobres tornaram-se, então, não apenas um problema social, mas um problema político e econômico, reinscrevendo, sob novas linguagens tecnocráticas e desenvolvimentistas, antigas

hierarquias de classe, raça e gênero e renovando os dispositivos de governança sobre os corpos e as capacidades reprodutivas das populações subalternizadas.

No Peru, por exemplo, o regime de Alberto Fujimori implementou entre 1996 e 2000 um programa massivo de esterilizações no âmbito das políticas de saúde reprodutiva, que afetou de maneira desproporcional mulheres indígenas e rurais. Diversos estudos e organismos de direitos humanos documentaram que essas práticas foram realizadas, em muitos casos, sem consentimento informado ou sob condições coercitivas, constituindo uma grave violação dos direitos humanos. A partir de uma perspectiva crítica, esse processo tem sido analisado como uma política de Estado que naturalizou a exclusão e a racialização de certos corpos, apresentando a esterilização como uma medida técnica de desenvolvimento e modernização (Passos 2024). Nessa linha, Kimberly Theidon (2022) examina as esterilizações forçadas no Peru como uma forma de intervenção política sobre os corpos femininos, inscrevendo-as em dinâmicas de biopoder que operam de maneira diferencial segundo gênero, classe e etnicidade. Ambas as autoras coincidem em assinalar que essas práticas não podem ser reduzidas a uma política sanitária, devendo ser compreendidas como uma expressão de violência estatal no marco de um modelo de modernização autoritário e racializado.

No Brasil, no contexto da ditadura e da transição democrática, a gestão da fecundidade tornou-se um dos eixos centrais das disputas políticas sobre modernização e pobreza (Alves, 2014). O nascimento de crianças nas camadas populares passou a ser enquadrado como problema público, e a laqueadura tubária se difundiu como solução técnica, muitas vezes realizada de forma coercitiva ou sem consentimento plenamente informado. É nesse cenário que o movimento de mulheres negras organizou, no final dos anos 1980 e início dos 1990, denúncias públicas sobre a “esterilização em massa” da população negra, resultando na CPI de 1992, que confirmou a prática sistemática de oferta compulsória de métodos contraceptivos irreversíveis, sobretudo nas regiões mais pobres do país.

Esse ciclo de denúncias e mobilizações foi decisivo para a formulação de novos marcos institucionais, como a criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1983 e, posteriormente, a Lei do Planejamento Familiar (Lei nº 9.263/96), que passam a afirmar a autonomia reprodutiva como princípio normativo. Ao mesmo tempo, esse deslocamento ocorre em um contexto mais amplo de reconfiguração das políticas públicas e de consolidação da linguagem dos direitos humanos, incluindo o reconhecimento progressivo dos direitos sexuais e a emergência de novos sujeitos políticos, como a população LGBTQ+. O PAISM ampliou o foco da atenção da saúde materno-infantil para reconhecer a necessidade de atender às mulheres em todas as fases da vida, incluindo a contracepção e o planejamento familiar (Vianna; Lacerda, 2004).

No plano internacional, esse processo tem como marcos a Conferência do Cairo

(1994), a Conferência de Pequim (1995) e, mais recentemente, a Cúpula de Nairóbi (2019), com a agenda dos “três zeros”.⁴ No Programa de Ação do Cairo, os direitos reprodutivos são caracterizados pelo direito a decidir livre e responsavelmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos e de ter a informação e os meios de assim o fazer, incluindo o acesso à saúde sexual e reprodutiva, bem como o direito de tomar decisões sobre a reprodução livre de discriminação, coerção ou violência. No entanto, como mostram diversas pesquisas, a passagem para o paradigma dos direitos não significou o fim das hierarquias reprodutivas. Como sintetizam Brandão, Lowenkron e Carneiro (2025, p. 26):

Se o final do século XX foi marcado pelo deslocamento de uma *governança reprodutiva* centrada no controle populacional para uma gramática dos direitos sexuais reprodutivos, é importante destacar que esse movimento se deu em um contexto de avanço de políticas de austeridade e do neoliberalismo, que levaram a retrocessos em suportes sociais e serviços de saúde (Morgan; Roberts, 2012). Logo, a ênfase nos direitos reprodutivos centrada na escolha ou autonomia individual tem sido frequentemente ancorada no mercado que reforça regimes de *reprodução estratificada* (Colen, 1995) e *hierarquias reprodutivas* (Mattar; Diniz, 2012) baseadas em desigualdades de gênero, raça, classe, etnicidade, capacidade e localização em uma geopolítica global.

As desigualdades estruturais tornam-se ainda mais visíveis em contextos de crise, como no caso da epidemia de Zika no Brasil, quando o racismo ambiental e a ausência de saneamento básico expuseram de forma brutal quais populações são sistematicamente deixadas à morte e à deficiência. No cotidiano das políticas públicas, mulheres em situação de rua, usuárias de drogas, mulheres quilombolas, indígenas e rurais seguem enfrentando formas explícitas e sutis de coerção reprodutiva (Possari, 2025), seja pela ameaça de perda da guarda dos filhos, seja pela mediação clientelista do acesso à laqueadura, seja pela precarização crônica dos serviços de saúde que atendem majoritariamente a população negra (Werneck, 2016).

É nesse contexto que a noção de justiça reprodutiva, formulada por feministas negras, mostra toda a sua potência analítica e política. Ao articular o direito de ter filhos, de não tê-los e de criá-los com dignidade, essa perspectiva rompe tanto com o liberalismo estreito da “escolha individual” quanto com a falsa oposição entre agendas pró-vida e pró-escolha. Ela recoloca no centro do debate as condições materiais, raciais, territoriais e políticas que tornam algumas

4 A chamada “agenda dos três zeros” foi lançada no contexto da Cúpula de Nairóbi sobre População e Desenvolvimento, realizada em 2019. A agenda estabelece três metas globais a serem alcançadas até 2030: (1) zero necessidades não atendidas de planejamento familiar, (2) zero mortes maternas evitáveis, e (3) zero violência de gênero e práticas nocivas contra mulheres e meninas, incluindo casamento infantil e mutilação genital feminina. Trata-se de um enquadramento que articula saúde reprodutiva, direitos humanos e igualdade de gênero como eixos centrais do desenvolvimento, reposicionando a agenda de população no interior do marco dos direitos sexuais e reprodutivos e da equidade de gênero.

maternidades possíveis e outras sistematicamente inviáveis e nos obriga a reconhecer que a reprodução é, sempre, um problema de democracia, de justiça social e de distribuição desigual do futuro.

Diversas pesquisas contemporâneas têm conferido especial destaque ao “não lugar” das maternidades de grupos racialmente marginalizados e oprimidos nas políticas reprodutivas (Passos, 2023; Goes, 2025). Trabalhos recentes revelam como a duração da colonialidade se traduz na persistência de formas diferenciadas de gestão da reprodução e disciplinamento parental no Brasil (Lowenkron; Fernandes, 2025) e em outros contextos da região. No contexto brasileiro, mulheres pobres e racializadas permanecem sendo estigmatizadas por “fazerem filhos demais” e incentivadas a controlar sua supostamente descontrolada e problemática reprodução (Fernandes, 2021). No Chile, mulheres migrantes racializadas são vigiadas, medicalizadas e discriminadas durante seus processos de maternidade, revelando a continuidade de uma lógica colonial na política de saúde (Carreño; Murray 2026; Ugarte 2023). De maneira semelhante, na Bolívia e no norte da Argentina, as maternidades indígenas são tematizadas por discursos de desenvolvimento e sustentabilidade, mas frequentemente privadas de autonomia epistêmica e submetidas a intervenções tecnocráticas sobre a reprodução apesar de esforços das últimas décadas por superá-lo (Nagels, 2015; Morales, 2025).

No Uruguai, a história da institucionalização e medicalização do parto revela como o saber médico institucional substituiu a autonomia reprodutiva das mulheres, consolidando um modelo tutelado de atenção à saúde (Magnone, 2022). Já González e Guizardi (2024) analisam como mulheres em mobilidade entre Chile, Peru e Bolívia são interpeladas por políticas públicas que idealizam seu papel reprodutivo e cuidador, mas sem garantir direitos efetivos, reforçando hierarquias coloniais e nacionais. Por outro lado, as políticas reprodutivas que idealizam o cuidado materno se atualizam hoje nos modelos de “maternidade intensiva”, promovidos por especialistas, consumidos por mulheres das classes médias urbanas e amplamente disseminados nas redes sociais (Murray, 2015; Lowenkron; Fernandes, 2025), alcançando também mulheres de outros estratos sociais e impondo novos regimes morais de gênero.

Vale lembrar que o foco da medicina higienista que promoveu originalmente o modelo de cuidado materno era salvar e promover a vida e saúde das crianças brancas de famílias de elite, numa visão que tornou moralmente suspeito, perigoso e poluidor o cuidado ofertado por mulheres pobres e racializadas que eram impedidas de cuidar dos próprios filhos e exploradas como amas de leite no ciclo reprodutiva de famílias brancas (Giacomini, 1988). Na cruzada pelo amor materno e mãe higiênica descritas por Elisabeth Badinter e Jurandir Freire Costa, assim como nos discursos de “maternidades intensiva” que circulam atualmente nas redes sociais (Carneiro, 2021) e se intensificaram na pandemia (Lowenkron; Fernandes, 2025), o intuito é promover a aproximação entre mães e filhos, especialmente nas famílias da elite

econômica, consideradas aptas a garantir o bem-estar e futuro das crianças se bem orientadas por especialistas.

Quando nos voltamos para estudos que abordam os modelos de intervenção e vigilância sobre as famílias pobres, observamos outras formas de *governança reprodutiva* orientadas por outros regimes morais e racionalidades políticas voltados para salvar crianças pobres e negras dos riscos supostamente oferecidos por suas próprias famílias por suas precárias condições sociais. No policiamento das famílias, descrito por autores como Jacques Donzelot (1980) e Dorothy Roberts (2022), o foco é vigiar, punir e culpar os pais (especialmente as mães) pelas mazelas sociais. Esse policiamento familiar assume formas distintas, como observamos de modo mais sutil nos “esporros” direcionados a mães faveladas que “fazem filhos demais” (Fernandes, 2021; Lowenkron; Fernandes, 2025) e, em casos extremos, na retirada ou separação das crianças de suas famílias para entregá-las aos cuidados de instituições estatais (Alves, 2021; Solaterrar; Lowenkron, 2025; Vicaroni, 2025; Gomes, 2025).

Donzelot (1980) nos ensina que a intervenção que é feita em nome da proteção da criança, na família pobre, é na verdade uma profilaxia da delinquência: ou seja, uma defesa da sociedade contra ameaças presentes e futuras e não da criança pobre e negra ou de suas famílias. Dorothy Roberts (2022) é enfática ao criticar e defender a abolição do sistema de proteção das crianças centrado na ameaça, controle, vigilância, punição e destruição de famílias pobres, em vez de apoiá-las a criar seus filhos. Ela define a violência estatal infligida em nome da proteção como um “terror benevolente”. Assim como no trabalho de Roberts, baseado no contexto norte-americano, encontramos em pesquisas recentes realizadas no contexto latino-americano uma relação de continuidade entre a face protetiva e punitiva do Estado, também evidente em alguns artigos deste dossiê.

Dessa forma, em nome da proteção das crianças e do futuro da nação, observamos a longa duração de políticas reprodutivas que atuam em direções opostas: de um lado a idealização do cuidado materno e o incentivo à aproximação e ao exercício cada vez mais intensivo da maternidade, gerando sentimentos de cansaço, culpa e frustração nas mulheres mães, especialmente brancas de camadas médias; de outro, temos a histórica invisibilização, desvalorização estigmatizante e/ou a hipervigilância punitiva da maternidade de mulheres pobres e racializadas.

No contexto atual, marcado pelo aprofundamento de desigualdades sociais e ofensivas conservadoras contra os direitos reprodutivos em diferentes países da região, faz-se necessário alargar a gramática dos direitos reprodutivos centrada na autonomia individual para incluir o ideal de justiça social, com reivindicação há algumas décadas feministas negras que cunharam a noção de *justiça reprodutiva* (Ross, 2017). A partir de pesquisas antropológicas realizadas em diferentes regiões do Brasil, na Argentina e no Uruguai, este dossiê reúne trabalhos que ajudam

a iluminar, a partir de recortes empíricos e contextos diversos, as desigualdades historicamente persistentes e inflexões atuais das *políticas da reprodução* na América Latina.

Ao evidenciar como diferentes marcadores sociais (como gênero, raça, classe, geração e território) articulam-se a diferentes formas de *governança reprodutiva*, os textos aqui reunidos analisam e problematizam processos socialmente localizados de conformação, reprodução e naturalização de *hierarquias reprodutivas* (Mattar; Diniz, 2012) que delimitam fronteiras entre maternidades e arranjos familiares exaltados/invisibilizados, valorizados/deslegitimados, desejáveis/indesejáveis. As análises apresentadas conferem destaque não apenas às diversas formas de opressão reprodutiva, mas também às modalidades de agência e de (re)organização do cuidado que emergem diante das (im)possibilidades de sustentação da vida em contextos de precariedade e desigualdades sociais tão característicos da nossa região e do nosso tempo.

APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS

A ideia de que toda política é reprodutiva e racializada fica particularmente evidente no artigo *Políticas de Povoamento-Colonização-Reprodução: a “brancura”, a “infância” e o “feminino” na gestão da Amazônia do futuro*. Em sua análise de reportagens e fotografias publicadas pela Revista Manchete nos anos 1970, Telma de Souza Bemerguy demonstra como a idealização da brancura/branqueamento enquanto corpo desejado da nação é atualizada nas representações midiáticas sobre a construção da Transamazônica enquanto política estatal de “integração nacional” e povoamento/colonização da Amazônia no contexto da Ditadura Civil-Militar brasileira.

Ao longo do texto, a autora revela como uma estrada projetada para “ocupar um vazio”, levando “homens sem-terra” para as “terras sem homens”, desdobra-se em uma política estatal de gestão da reprodução, em que mulheres de outras regiões do país são demandadas e celebradas por engravidar para povoar uma parte da nação. Ao mesmo tempo, observa que na exaltada mistura de cores resultante dessa política de povoamento, algumas mulheres e crianças são mais desejadas e celebradas do que outras, atualizando a durabilidade colonial-racial que marca os processos de formação de Estado no Brasil.

No artigo *Não quero (mais) ter filhos: a maternidade em crise é afinal uma consequência da pandemia?*, Rosamaria Giatti Carneiro discute o cenário demográfico brasileiro atual, marcado pela crescente redução da fecundidade, com foco no período durante e após a pandemia da COVID-19. Ela se interroga por que motivo, ao invés de uma esperada retomada de nascimentos com o fim da crise sanitária, temos assistido a uma progressiva queda da natalidade. A redução

do desejo de filhos é identificada pela autora como um sentimento presente em diferentes camadas sociais, não apenas com base nos dados demográficos oficiais, mas também de suas pesquisas qualitativas recentes desenvolvidas junto a mulheres de classes populares do Distrito Federal e de classes abastadas de diferentes regiões do Brasil e da Argentina.

Buscando compreender o fenômeno, a autora sugere que a sobrecarga materna intensificada pelo isolamento social no período pandêmico acentuou e desvelou uma crise do cuidado muito mais ampla e duradoura, forjada nas últimas três décadas a partir de políticas reprodutivas neoliberais. Essas políticas são caracterizadas pela precarização de suportes sociais de cuidado ofertados pelo Estado e por uma crescente parentalização dos problemas sociais materializada em formas de governança e de moralização parental, promovidas ora por especialistas e mães nas redes sociais, ora por agentes estatais, mas que se traduzem quase sempre em (auto)cobranças que recaem sobretudo sobre as mulheres. Neste cenário, ela argumenta que muitas mulheres da geração atual se veem constrangidas a não desejarem (mais) ter filhos diante das impossibilidades de cumprir as exigências neoliberais de articulação de modelos de maternidade, geracionalmente distintos e inconciliáveis, ancorados em ideais opostos de independência financeira e cuidado intensivo dos filhos.

O artigo *Depois da morte materna: interpretações de profissionais da vigilância epidemiológica sobre os óbitos e as reconfigurações familiares em Pernambuco*, de autoria de Raquel Lustosa, evidencia a negligência estatal que cerca os altos índices de óbitos maternos e que atinge predominantemente mulheres negras e periféricas. A partir de um estudo etnográfico realizado junto ao Comitê Estadual de Estudos de Morte Materna de Pernambuco, na região nordeste do Brasil, as mortes no ciclo gravídico-puerperal são situadas em um quadro mais amplo de itinerários de abandono.

Neste contexto, a “desorganização familiar” emerge nos discursos das profissionais de vigilância epidemiológica não como acusação moral, mas como denúncia que responsabiliza o Estado pelos danos causados pela perda da figura da mãe, principal pilar afetivo e econômico de muitas famílias. Ao chamar atenção para os imprevistos e esforços da rede de parentesco para reorganizar os arranjos de cuidado das crianças e outros membros da família em meio ao luto, ao agravamento das condições de vulnerabilidade cotidianas e à fragilidade das políticas públicas de apoio, a autora mostra ainda como o que é lido pelas profissionais como “desorganização” pode ser melhor compreendido como “reorganização familiar” diante da precariedade e da exclusão.

O artigo *Avós que criam: relações de cuidado intergeracionais em favelas cariocas*, de Natália Fazzioni, aponta como arranjos de “criação” conduzidos pelas avós, tão comum em territórios periféricos, também emergem em condições de precariedade socioeconômicas das famílias e como respostas a imprevistos reprodutivos. O texto dialoga com a literatura sobre

avosidade, curso de vida e famílias multigeracionais, mas propõe um deslocamento decisivo: em vez de tratar a relação entre avós e netos como apoio complementar, mostra como, nos territórios populares, as avós assumem frequentemente a centralidade da criação, seja de forma temporária, prolongada ou definitiva. Nos casos analisados, as avós que criam os netos são em geral arranjos de cuidado derivados de gravidezes jovens e não planejadas.

Fazzioni articula essas trajetórias contemporâneas a uma genealogia histórica da racialização do cuidado no Brasil, dialogando com a literatura sobre escravidão, maternidade transferida, circulação de crianças e famílias matricêntricas. A autora lembra que mulheres negras e pobres sempre estiveram no centro da sustentação da vida, frequentemente cuidando dos filhos de outros enquanto lhes era negada a possibilidade de cuidar plenamente dos próprios. Nesse sentido, a figura da avó cuidadora aparece como herdeira e, ao mesmo tempo, reinvenção dessas formas históricas de gestão feminina da sobrevivência. A pesquisa revela que o cuidado exercido por essas avós, por um lado, impõe sobrecarga e penalidades a estas mulheres, por outro, mobiliza agências e expectativas nutridas pela esperança de garantir não apenas a sustentação da vida familiar no presente, mas também um projeto de futuro. A etnografia mostra ainda que, sem essas mulheres, simplesmente não há cuidado possível e que, no entanto, elas seguem invisibilizadas, sobrecarregadas e pouco reconhecidas como sujeitas políticas centrais da reprodução social.

As políticas formais e informais de gestão da gravidez na adolescência ganham centralidade no artigo *Agencia de madres jóvenes y gobernanza reproductiva: una mirada desde barrios populares de Buenos Aires*, de Guadalupe Fernández Chein. Com base em um estudo etnográfico de um programa socioeducativo estatal voltado ao acompanhamento de jovens mães de bairros populares de Buenos Aires/Argentina, a autora propõe uma reflexão sobre a governança reprodutiva implicada nessa política pública e sobre as formas de agenciamento exercidas pelas jovens mães que dela participam. A partir disso, revela tensões entre diferentes concepções de família, maternidade e juventude que circulam nas diversas instâncias do programa. Essas tensões dão lugar à coexistência de múltiplos regimes de moralidade em torno das experiências da maternidade juvenil, dos modos de vida dessas jovens e seus arranjos de cuidado. Assim como os artigos anteriores, este estudo evidencia como no contexto das classes populares a maternidade está longe de ser vivenciada como uma prática individual, sendo o cuidado de crianças organizado e distribuído coletivamente na família extensa, com forte participação feminina.

A autora critica tanto os discursos feministas hegemônicos que reduzem à maternidade juvenil à vitimização, quanto discursos institucionais que descrevem suas estruturas familiares como “desorganizadas”, deslegitimando arranjos de cuidado que constituem suportes fundamentais para essas mães jovens continuarem a estudar, trabalhar e realizar outras atividades.

Ao mesmo tempo, o texto desloca o foco analítico para o ponto de vista das próprias jovens mães, mostrando como elas se apropriam ativamente das categorias institucionais e dos recursos disponíveis, construindo formas situadas de agência, ancoradas em redes intergeracionais de cuidado, economias morais próprias e arranjos familiares coletivos que frequentemente são deslegitimados pelos olhares institucionais. Ao articular governança reprodutiva, justiça reprodutiva e feminismos críticos, o artigo questiona a universalização das agendas de direitos sexuais e reprodutivos e evidencia como as experiências concretas de maternidade juvenil, atravessadas por classe, gênero, idade e migração, seguem sendo sistematicamente invisibilizadas, moralizadas ou traduzidas em termos alheios às demandas das próprias jovens.

No artigo *“Las madres son nuestro puerto seguro”: género, pobreza y moralidades en políticas sociales de acompañamiento en Uruguay*, Francesca Repetto Iribarne discute as principais implicações e dilemas que envolvem o acompanhamento de famílias em situação de extrema pobreza em áreas rurais e semirurais do Uruguai. Segundo a autora, o acompanhamento é um dispositivo utilizado por diversos programas sociais do Ministério do Desenvolvimento Social, sob a premissa de intervir em famílias vulneráveis por meio de uma relação próxima, com o duplo objetivo de integrá-las ao sistema de proteção social e fortalecer suas capacidades familiares. O texto explora as economias morais e os imaginários de gênero e família que permeiam e subjazem às intervenções estatais sobre a pobreza, que oscilam entre ajudar e restituir direitos sociais, ao mesmo tempo em que revelam formas de controle e tutela sobre a população vulnerável que reproduzem e atualizam noções hegemônicas de maternidade e cuidado.

No artigo, os achados ganham corpo em cenas que condensam os paradoxos do acompanhamento. Repetto mostra, assim, que o acompanhamento não é principalmente vigilância punitiva explícita: ele é uma tecnologia sutil de governo que trabalha na subjetividade, nos vínculos, na casa e na intimidade, fazendo da maternidade pobre o terreno privilegiado de intervenção. O “porto seguro” é, ao mesmo tempo, promessa de amparo e dispositivo de normalização: uma forma de maternalização da política social, em que cuidar vira dever individual e a saída da pobreza se imagina como reforma moral das famílias, sobretudo das mulheres.

Encerramos esta apresentação reafirmando que as políticas da reprodução são, hoje, um dos campos mais decisivos onde se disputam futuros possíveis na América Latina, e onde se revelam, com nitidez, as permanências e metamorfoses da colonialidade. Ao longo do dossiê, vemos como a reprodução (biológica, social e do cuidado) é governada por regimes morais que operam por contraste: algumas maternidades são celebradas e investidas como promessa de nação; outras são suspeitas, corrigidas, tuteladas ou punidas como risco social. Entre a idealização da maternidade intensiva e o policiamento das famílias pobres, entre o léxico dos

direitos e a gramática do merecimento, entre a promessa de proteção e o terror benevolente, os textos aqui reunidos mostram que a desigualdade reprodutiva não é um efeito colateral da política social: ela é, com frequência, um de seus métodos centrais.

Ao propor um diálogo latino-americano, este dossiê não busca apenas mapear violências e assimetrias, mas iluminar também as formas de agência, reorganização e invenção do cuidado que emergem em contextos de precariedade e ataque aos direitos. Nosso convite final é simples e exigente: deslocar a pergunta de “quantos filhos” para “quais vidas importam” e sob quais condições uma sociedade permite (ou impede) que crianças sejam criadas com dignidade, que mulheres possam desejar ou recusar a maternidade sem coerção, e que famílias não sejam governadas pelo constrangimento. Em tempos de ofensivas conservadoras e de novos pânicos demográficos, insistir nas políticas da reprodução é insistir numa tese fundamental: o futuro não se decreta, ele se constrói a partir da chave do cuidado.

REFERÊNCIAS

1. ALVES, Andréa Moraes. A trajetória do centro de pesquisas e atenção integrada à mulher e à criança (1975-1992). **Século XXI–Revista de Ciências Sociais**, Campo Grande, v. 2, p. 180-216, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2236672517042>. Acesso em: 4 fev. 2026.
2. ALVES, Ariana Oliveira. “**Quem tem direito a querer ter/ser mãe?**” Dinâmicas entre gestão, instâncias Estatais e ação política em Belo Horizonte (MG). 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.
3. ARAÚJO, Janaína Teresa Gentili Ferreira de. **Doular mulheres negras**: uma análise das práticas de cuidado e testemunho das violências através das experiências de doulas negras atuantes no projeto Sankofa Atendimento Gestacional. 2024. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.
4. BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
5. BRANDÃO, Elaine Reis; CABRAL, Cristiane da Silva. Justiça reprodutiva e gênero: desafios teórico-políticos acirrados pela pandemia de covid-19 no Brasil. **Interface**, Botucatu, v. 25, n. 1, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.200762>. Acesso em: 4 fev. 2026.
6. BRANDÃO, Elaine; LOWENKRON, Laura; CARNEIRO, Rosamaria. **Justiça reprodutiva**: desafios interseccionais na saúde coletiva. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2025

7. BRIGGS, Laura. **How all politics became reproductive politics**: from welfare reform to foreclosure to Trump. Berkeley: University of California Press, 2017.
8. CARNEIRO, Rosamaria. Cansaço e violência social: sobre o atual cotidiano materno. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 63, p. e216313, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449202100630013>. Acesso em: 4 fev. 2026.
9. CARREÑO, Alejandra; MURRAY, Marjorie. “Le quita el pecho a su hijo y se va a trabajar”: estereotipos de indianidad y violencias históricas en la percepción de equipos de salud sobre la maternidad de migrantes bolivianas en Chile. **Antipoda. Revista de Antropología y Arqueología**, [s. l.], v. 62, p.25-46, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.7440/antipoda62.2026.02>. Acesso em: 13 fev. 2026.
10. COLEN, Shellee. “Like a mother to them”: stratified reproduction and West Indian childcare workers and employers in New York. In: GINSBURG, Faye; RAPP, Rayne (ed.). **Conceiving the New World Order**: the global politics of reproduction. Berkeley: University of California Press, 1995. p. 78-102
11. COROSSACZ, Valeira Ribeiro. **O corpo da nação**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
12. COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
13. DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
14. FAZZIONI, Natália Helou. Manter-nos juntos: casa, corpo e cuidado em diferentes arranjos . **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 48, n. 1, p. 171-188, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/aa.10625>. Acesso em: 4 fev. 2026.
15. FERNANDES, Camila. **Figuras da causação**: as novinhas, as mães nervosas e mães que abandonam os filhos. Rio de Janeiro: Telha, 2021.
16. FONSECA, Claudia; MARRE, Diana; RIFIOTIS, Fernanda. Governança reprodutiva: um assunto de suma relevância política. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 27, n. 61, p. 7-46, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832021000300001>. Acesso em: 10 jun. 2022.
17. FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
18. GIACOMINI, Sonia. **Mulher e Escrava**: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis: Appris. 1988.
19. GINSBURG, Faye; RAPP, Rayne (ed.). **Conceiving the New World Order**: the global politics of reproduction. Berkeley: University of California Press, 1995.
20. GOES, Emanuelle. Política dos corpos, (In)justiça reprodutiva e o Sistema Moderno Colonial de Gênero. In: BRANDÃO, Elaine; LOWENKRON, Laura; CARNEIRO, Rosamaria (org.). **Justiça reprodutiva**: desafios interseccionais na saúde coletiva. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2025. p. 41-57.

21. GOMES, Janína Dantas Germano. Entre Mulheres que Destituem e que São Destituídas: reflexões sobre a atuação do Poder Judiciário e a justiça reprodutiva em casos de destituição do poder familiar. In: BRANDÃO, Elaine; LOWENKRON, Laura; CARNEIRO, Rosamaria (org.). **Justiça reprodutiva: desafios interseccionais na saúde coletiva**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2025. p. 215-240.
22. GONZÁLVIZ, Herminia; GUIZARDI, Menara (ed.). **Cuidados y moviidades femininas en América Latina: breve guía para lecturas iniciales**. Santiago de Chile: Canopus Editorial Digital, 2024.
23. LOWENKRON, Laura; FERNANDES, Camila. Motherhood amidst reprimands and advice: parenting and class in Rio de Janeiro. **Ethos**, [s. l.], v. 53, n. 2, e70013, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/etho.70013>. Acesso em: 4 fev. 2026.
24. MAGNONE, Natalia. **Institucionalización y medicalización del parto en Uruguay (1920-1960)**. Tensiones para la autonomía reproductiva de las mujeres. 2022. Tesis (Doctorado en Ciencias Sociales) – Departamento de Trabajo Social, Universidad de la República, Montevideo, 2022.
25. MATTAR, Laura Davis; DINIZ, Carmen Simone Grilo. Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres . **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 16, n. 40, p. 107-120, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832012005000001>. Acesso em: 10 jun. 2022.
26. MORALES, Gabriela Elisa. **Decolonizing Medicine: Indigenous Politics and the Practice of Care in Bolivia**. Stanford: Stanford University Press, 2025.
27. MORGAN, Lynn; ROBERTS, Elizabeth. Reproductive governance in Latin America. **Anthropology & Medicine**, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 241-254, 2012. Disponível em: [10.1080/13648470.2012.675046](https://doi.org/10.1080/13648470.2012.675046). Acesso em: 4 fev. 2026.
28. MURRAY, Marjorie. Back to work? Childcare negotiations and intensive mothering in Santiago de Chile. **Journal of Family Issues**, [s. l.], v. 36, n. 9, p. 1171-1191, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0192513X14533543>. Acesso em: 4 fev. 2026.
29. NAGELS, Nora. Género y apropiación de la perspectiva de inversión social en Bolivia: el sistema de los Bonos. **Bulletin de l'Institut français d'études andines**, [s. l.], v. 44, n. 3, p. 365-385, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/bifea.7651>. Acesso em: 4 fev. 2026.
30. PASSOS, Rachel Gouveia. **Na mira do fuzil: a saúde mental das mulheres negras em questão**. São Paulo: Editora Hucitec, 2023.
31. PASSOS, Ellen Gomes. **Colonialidade de gênero como chave de leitura para entender a violência de gênero perpetuada na América Latina: o caso do Peru (1996-2000)**. 2024. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio

- Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.
32. POSSARI, Paola Damascena. **Entre fios e nós**: itinerários reprodutivos e significado da laqueadura nas vozes das mulheres esterilizadas. 2025. Dissertação (Mestrado em Estado e Sociedade) – Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Sul da Bahia, Campus Sosígenes Costa, Porto Seguro, 2025.
 33. ROBERTS, Dorothy. **Torn Apart**: How the Child Welfare System Destroys Black Families--And How Abolition Can Build a Safer World. New York: Basic Books, 2022.
 34. ROSS, Loretta. Reproductive Justice as Intersectional Feminist Activism. *Soul*, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 286-314, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10999949.2017.1389634>. Acesso em: 4 fev. 2026.
 35. SOLATERRAR, Ueslei; LOWENKRON, Laura. Preciso estar bem para cuidar do meu filho: (des)encontros entre raça, maternidade e loucura. **Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, v. 57, n. 1, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2025.v57.i1.a64152>. Acesso em: 4 fev. 2026.
 36. STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
 37. TEMPESTA, Giovana. Por uma antropologia da reprodução racializada. Compondo laços ético-epistemológicos no horizonte da justiça reprodutiva”. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 33., Curitiba, 2022. **Anais [...]**. Curitiba: UFPR, 2022.
 38. THEIDON, Kimberly. Reproductive Warfare: Enforced Sterilizations in Peru. In: THEIDON, Kimberly. **Citizenship on the Edge**: Sex/Gender/Race. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2022. p. 228-239.
 39. UGARTE, Sofia. Caring for a responsible self: Migrant motherhood and the politics of reproduction. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, [s. l.], v. 48, n. 4, p. 969-990, 2023. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/pdf/10.1086/724243>. Acesso em: 4 fev. 2026.
 40. WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-129020162610>. Acesso em: 13 fev. 2026.
 41. VIANNA, Adriana; LACERDA, Paula. **Direitos e Políticas Sexuais no Brasil**: o panorama atual. Rio de Janeiro: CLAM: CEPESC, 2004
 42. VICARONI, Tamara. **Loucas demais para serem mães**: narrativas de profissionais de saúde mental sobre maternidades interrompidas. 2025. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

Laura Lowenkron

Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social Hésio Cordeiro da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0373-4088>. Colaboração: Seleção e sistematização de artigos, Redação da apresentação, Revisão. E-mail: lauralowenkron@gmail.com.

Camila Fernandes

Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social Hésio Cordeiro da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2446-1760>. Colaboração: Seleção e sistematização de artigos, Redação da apresentação, Revisão. E-mail: fernandesv.camila@gmail.com.

Marjorie Murray

Professora Titular da Escuela de Antropología da Pontificia Universidad Catolica de Chile. Doutora em Antropología pela University College London. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8391-4830>. Colaboração: Seleção e sistematização de artigos, Redação da apresentação, Revisão. E-mail: marjorie.murray@gmail.com.